

## PRESIDENCIAIS

**O duelo de 2001 entre Carlos Veiga e Pedro Pires vai repetir-se, uma vez mais, nas eleições presidenciais em Cabo Verde. E, desta feita, bastará uma volta para saber qual dos dois políticos, que se defrontam desde 1990, será o próximo inquilino do Palácio do Plateau.**



## Pires 'versus' Veiga (II)

O presidente Pedro Pires anuncia logo, às 18 horas, na Biblioteca Nacional, a sua recandidatura ao cargo que ocupa desde 2001, ocasião que servirá para exprimir as razões que o levam a bater-se por um segundo mandato. Carlos Veiga, seu oponente em 2001, fará o mesmo na próxima segunda-feira, no anfiteatro da Assembleia Nacional.

Na ausência de qualquer outro candidato, confirma-se, assim, uma luta a dois nas eleições de 12 de Fevereiro, o que significa que bastará uma volta para o país ficar logo a saber quem será o seu chefe de Estado nos próximos cinco anos. A bipolarização instalada de pedra e cal nas legislativas entre o PAICV e o MpD repete-se a nível das presidenciais entre Pedro Pires e Carlos Veiga.

Embora as candidaturas presidenciais em Cabo Verde sejam de foro individual, ninguém duvida do apoio que os dois políticos irão mobilizar através dos respectivos partidos de que são oriundos. Pedro Pires no PAICV e Carlos Veiga no MpD.

Em torno desses dois pólos gravitam outras tantas personalidades que se encontram dispersas há cinco anos atrás. Veiga aparece rodeado de alguns afectos do PCD, com Eurico Monteiro à testa; e Pires terá com ele Onésimo Silveira e David Hopper Almada, dois candidatos presidenciais de 2001 e que agora surgem nas listas do PAICV para as legislativas, numa espé-

cie de realinhamento do campo político cabo-verdiano.

Ademais, pela proximidade das duas eleições, legislativas e presidenciais, é inevitável a sobreposição de discursos durante a campanha para os dois pleitos. Os dois candidatos, mais do que ninguém, sabem que o partido que vencer as eleições legislativas dificilmente deixará de impor o seu candidato presidencial. Por isso, o lema utilizado desde 1991 "*Fevereiro completa Janeiro*" voltará a ser acenado, certamente consoante as conveniências.

E, neste particular, Carlos Veiga foi o primeiro a juntar-se às hostes do seu partido durante a fase de pré-campanha eleitoral. Há vários meses que se encontra no terreno, de mãos dadas com Agostinho Lopes, em contactos com o eleitorado, sobretudo na emigração, uma frente onde o MpD e Veiga se saíram mal nas eleições de há cinco anos atrás.

Em termos de discurso, a mensagem de logo mais, de Pedro Pires, deverá realçar a necessidade de Cabo Verde continuar na senda dos últimos cinco anos, em que foi possível ao governo do PAICV recuperar as finanças públicas, bem como a credibilidade externa junto de alguns parceiros (nomeadamente FMI, Banco Mundial, União Europeia, entre outros). Enfim, quadro este que leva o primeiro-ministro a dizer que "*Cabo Verde está na moda*".

Neste sentido, e como animal político

que é, o PP deverá carregar no tom para dizer que qualquer mudança, agora, poderá ser perigosa para o país, quando os rumos do desenvolvimento estão mais ou menos traçados sob a égide do PAICV e de José Maria Neves.

Aliás, bem vistas as coisas, esse tom ficou mais ou menos expresso na entrevista que Pedro Pires concedeu a este jornal, em Setembro passado, quando olhando para os cinco anos da sua presidência afirmou: "*Procurei evitar conflitos, para que a governação do país pudesse evoluir de forma normal e útil. Sendo Cabo Verde um país frágil, ele necessitava de estabilidade e, sobretudo, de ganhos económicos e sociais, de maneira que todos possam viver melhor e acreditar no futuro*".

Uma postura que é criticada por Carlos Veiga, cujo material de propaganda classifica de "*apatia sem precedentes*" a forma como Pedro Pires exerceu o cargo até aqui. Pois, de acordo com o boletim "*Cidadania e Presidenciais*", que o grupo de apoio daquele candidato acaba de lançar, CV propugna-se por "*uma presidência activa*". E entre as "*razões essenciais*" para se votar nesse candidato está o facto de ele ser o homem que esteve na frente da democratização de Cabo Verde nos anos noventa e que estando na Presidência da República "*é a melhor garantia de continuidade e consolidação do regime democrático*".

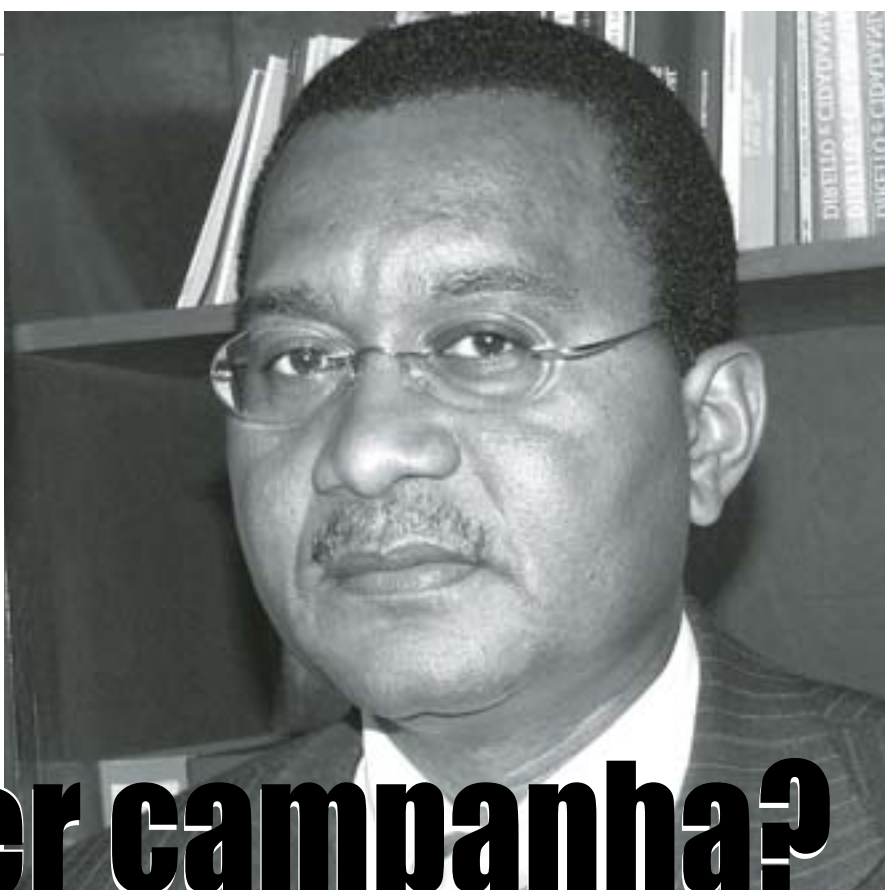
Além de um PR "*actuante e interveniente*", Carlos Veiga, segundo os seus apoiantes, "*garante uma Presidência atenta aos reais problemas nacionais, uma Presidência activa e virada para as grandes preocupações da sociedade cabo-verdiana*". É ainda apontado pelos mesmos como "*homem do nosso tempo*", que acompanha "*as profundas mudanças que ocorrem no mundo*" e, deste modo, "*está ciente da importância de manter Cabo Verde em contacto e em comunhão com o mundo em profunda transformação*".

Pois bem, é este o quadro geral em que irá, desde já, decorrer a campanha para as eleições presidenciais de 12 de Fevereiro, que vai repetir, e muito, os argumentos de 2001. Os contornos desse embate começam a definir-se hoje, quando Pedro Pires se apresentar aos cabo-verdianos. Carlos Veiga fará o mesmo na segunda-feira. Dois homens que no passado trabalharam juntos, o primeiro como chefe do governo da I República, e o segundo como seu colaborador em várias frentes, e que a abertura em 1990 acabou por apartar.

E tendo em conta o quadro em que decorreram as presidenciais de 2001, é óbvio que a disputa de Fevereiro de 2006 tem à partida um sabor a tira teimas. Mas é igualmente seguro que os seus resultados começam a definir-se nas legislativas de 22 de Janeiro.

PRESIDENCIAIS

**Ao anunciar hoje a sua recandidatura à Presidência da República, Pedro Pires será de imediato substituído pelo presidente do parlamento. Só que este facto está em vias de criar um embaraço institucional ao seu substituto, Aristides Lima (foto), cabeça de lista do PAICV para Boa Vista. Afinal, pode um chefe de Estado, ainda que interino, tomar parte activa numa campanha eleitoral sem pôr em causa o princípio da isenção e imparcialidade a que está sujeito?**



Sexta-feira, 09 de Dezembro de 2005

Actualidade

# Pode o PR fazer campanha?

O chefe de Estado, Pedro Pires, anuncia logo mais a sua recandidatura ao cargo nas eleições de 12 de Fevereiro, pelo que deve deixar de imediato o Palácio do Plateau (ver pág.2). No seu lugar assume, interinamente, o presidente da AN, Aristides Lima, cabeça de lista do PAICV para a Boa Vista nas legislativas de 22 de Janeiro.

Marcadas que se encontram as duas disputas, que distam entre si apenas 22 dias, o país vai assistir a uma sobreposição das duas campanhas eleitorais, com tudo o que isso possa ter de negativo. Não bastasse isso, pela primeira vez, o chefe de Estado interino, Aristides Lima, é também candidato a deputado nacional nas legislativas de 22 de Janeiro. Daí a pergunta: pode ele, PR, ainda que interino, participar normalmente na campanha eleitoral do seu partido na corrida por Boa Vista?

Este assunto foi discutido na última reunião do Conselho da República, há uma semana, por iniciativa de Pedro Pires. Dados recolhidos por este periódico referem que a questão dividiu os membros daquele órgão de consulta do chefe de Estado, ainda que tenha prevalecido que nada impede Aristides Lima de, primeiro, concorrer a deputado e, segundo, de fazer campanha por ele e pelo seu partido, por ser este um direito seu enquanto cidadão no gozo dos seus plenos direitos.

Ainda assim, não faltou quem tenha chamado a atenção para a bizarraria de que se reveste a situação, já que, por princípio, o titular do cargo político em questão está obrigado, por lei e imposição ética, a respeitar o princípio da isenção e imparcialidade. Por isso, os defensores desta tese interrogam-se como pode o chefe de Estado, ainda que interino, estar ao mesmo tempo em campanha eleitoral a solicitar votos para uma determinada força política.

“Nada disso estaria a acontecer se houvesse uma clara separação entre as eleições legislativas e as presidenciais”, refere um jurista sob anonimato. “Esta ‘contaminação’ entre as duas eleições é má para o país. Termos um chefe de Estado, ainda que interino, a fazer campanha eleitoral, não fica bem”.

Mas os constrangimentos não ficam por aí. Enquanto chefe de Estado, Aristides Lima terá direito a várias regalias inerentes ao cargo, entre elas serviços de protocolo e segurança. Ou seja, a situação de substituir o PR efectivo confere-lhe um estatuto especial em relação aos demais candidatos, sobretudo se comparado com os seus adversários na Boa Vista, ilha que elege dois dos 72 deputados que formam a AN.

“Como chefe de Estado”, argumenta a referida fonte, “ele tem determinadas regalias, nomeadamente o direito a um tratamento diferen-

ciado. No papel de candidato, por outro lado, corre o risco de ser destrutado, por estar em pé de igualdade com os demais concorrentes, na sua ilha. Além disso, tendo como PR direito a uma série de deferências por parte do Estado, quando for à Boa Vista fazer campanha, Aristides Lima far-se-á acompanhar pelo staff da PR, nomeadamente seguranças? Se sim, estes irão com ele para a campanha eleitoral no terreno?”

Neste exercício há ainda quem vá mais longe: se de repente acontece qualquer situação que envolva os vários partidos concorrentes, em que é necessária a mediação do chefe de Estado, estará Aristides Lima, enquanto PR, em condições de arbitrar esse conflito sendo ele candidato a deputado por um dado círculo eleitoral?

Ainda que teóricas, todas estas hipóteses estão a constituir fonte de alguma preocupação, tanto mais que o assunto foi analisado no Conselho da República.

O próprio visado, Aristides Lima, reconheceu a **A Semana** que a situação em que vai se encontrar a partir de hoje não é muito comum, mas vai ressaltando que isso “não é nada do outro mundo”. “Durante o período em que estiver a substituir o PR serei apenas chefe de Estado interino e é o próprio quadro constitucional a estabelecer em que condições posso exercer essas funções. Há um conjunto de atribuições que não poderei desempenhar por serem da competência exclusiva do titular, e eu não sou titular”.

Aquele político aproveita para fazer pedagogia, defendendo que as pessoas em Cabo Verde devem ver a campanha eleitoral como um momento nobre, em que os partidos e os seus candidatos apresentam ao país propostas de governação, e não um momento em que deliberadamente as pessoas se vão insultar ou agredir. “É neste quadro que se situa a minha própria participação”, afirma Aristides Lima, com aparente naturalidade.

Ainda assim, o entrevistado de **A Semana** admite que, em nome da dignidade do cargo que vai ocupar a partir de hoje, até à posse do PR que sair das eleições de Fevereiro, não poderá envolver-se “em determinado tipo de coisa”, mesmo que seja provocado.

Mas essa contingência não o vai inibir em relação aos outros candidatos? – quisemos saber. “Sinceramente, espero que não”, responde, prossequindo com a afirmação de que “nestas circunstâncias é preciso ter sangue frio, o sentido de Estado tem de ser mais apurado do que nunca. Espero que os meus adversários entendam isso também”.

Embora reconheça que o assunto se reveste de algum melindre, Aristides Lima sugere que

“não vale a pena estar a dramatizar muito esta questão”. “Já temos vários anos de democracia e acredito, hoje mais do que nunca, que somos capazes de viver momentos do género com civismo e civilidade”.

O certo é que para evitar embaraços do género, há quem advogue que o país já devia, há muito, ter separado as eleições legislativas das presidenciais, algo que acontece desde 1991. Foi

nessa altura que, pela primeira vez, os dois actos ficaram colados entre si, situação que haveria de ficar consagrada na Constituição de 1992 e, mais recentemente, no Código Eleitoral. Por isso, uma mudança neste quadro terá de passar necessariamente pela revisão desses dois diplomas, tidos como estruturais para o sistema político cabo-verdiano.

JVL

**O EMBLEMA DOURADO DA GENERAL MOTORS COM UMA RELAÇÃO PREÇO/EQUIPAMENTO IMBATIVÉL**

**CHEVROLET OPTRA**

**CHEVROLET AVEO**

**CHEVROLET**

**ALUÇAR**

**CONTACTAR**  
Av. Manuel Matos S. Vicente 2 32 12 96 / 9 91 78 36  
Chã de Areia - Praia 2 61 45 20 / 9 91 56 69

## Partidos e candidatos presidenciais abandonam materiais de campanha na Alfândega

A um mês e meio das eleições de 2006, os partidos políticos, os candidatos à chefia do Estado nas legislativas e presidenciais de 2001 e a DGAE estão em situação de dívida perante o fisco. Todos têm retido na Alfândega da Praia inúmeros materiais para a campanha eleitoral, importados entre 1999 e 2004, e não há forma de normalizarem a situação. São viaturas, aparelhos sonoros, equipamentos informáticos e materiais de propaganda gráfica, que, maugrado os avisos da Direcção Geral das Alfândegas no sentido de os seus donos procederem ao seu levantamento, continuam a mofar nos armazéns da Enapor, à espera de melhores dias. Até porque, com novas eleições à porta, a situação poderá agravar-se ainda mais. E pensar que os alegados prevaricadores são os primeiros que deviam zelar pelo cumprimento da lei, pagando ao fisco os despachos das referidas mercadorias.



## DGA ameaça cobrar coercivamente as dívidas

Até menos de dois meses das eleições de Janeiro e Fevereiro, a Alfândega da Praia está sentada à espera dos vários partidos e candidatos à Presidência da República que há mais de cinco anos têm pendente o despacho de equipamentos de campanha, encomendados para as eleições de 2001. **A Semana** apurou que o PAICV e o MpD, e principalmente Carlos Veiga e Pedro Pires, são os que mais estão em falta com a instância aduaneira da capital. O Estado tem, como tal, por arrecadar, largos milhares de contos junto de tais entidades.

Conforme fontes deste jornal, em causa está uma grande quantidade de equipamentos de campanha eleitoral (importados por essas mesmas entidades), que durante o período de 1999-2004 foram ficando retidos e a mofar na Alfândega. De acordo com um levantamento já feito, a lista inclui veículos automóveis, aparelhos de som, máquinas fotocopiadoras, bandeiras, cadeiras, outdoors, cartazes, etc.

O MpD, por exemplo, tem por levantar três viaturas Nissan, importadas em 1999, fora vários outros materiais que trouxe do exterior, entre 2000 e 2004. São os casos de equipamentos informáticos, máquina de fotocópias, materiais de propaganda gráfica e não só.

Em situação idêntica está também o PAICV. Este tem por levantar um equipamento audiovisual, importado em 2000, bem como uma quantidade significativa de vigas, tubos e cadeiras, que chegaram de estrangeiro em 2001.

Isto sem contar com camisolas e outros materiais de campanha, nomeadamente para a propaganda gráfica.

A irregularidade, segundo o que **A Semana** apurou, estende-se aos pequenos partidos, como o PCD e o PRD. Essas duas formações têm por despachar junto da repartição aduaneira da Praia cartazes, calendários, camisolas, entre outros materiais.

Mas o incumprimento das obrigações perante o fisco não se fica por aqui, chega até os quatro candidatos que disputaram, em 2001, a Presidência da República, inclusive o actual chefe de Estado, Pedro Pires. Este tem por levantar, nos serviços aduaneiros, camisolas, calendários, bandeiras e material informático, que a sua candidatura importou em 2001.

Carlos Veiga também está em situação irregular. Tem por despachar vários equipamentos de campanha, que importou entre 2000 e 2001. São materiais de propaganda gráfica e não só.

O mesmo se pode dizer dos outros dois concorrentes derrotados nas presidenciais de 2001 - David Hopffer Almada e Jorge Carlos Fonseca. Camisolas, bandeiras e outros materiais de propaganda esperam que os seus donos arquem com as dívidas e os retirem do cativoiro a que estão sujeitos há mais de quatro anos.

Enfim, uma situação pouco abonatória para tais personalidades e partidos. Afinal trata-se de partidos e pessoas que, caso sejam elei-

tos, devem ser os primeiros a zelar pelo cumprimento da lei. Em vez disso, é o que se vê.

### DGAE e silêncio dos visados

Mas não são apenas os partidos ou os candidatos presidenciais que estão em falta para com o fisco. Ainda, de acordo com as nossas fontes, a Direcção Geral da Administração Eleitoral, um organismo do Estado que responde pela parte logística das eleições em Cabo Verde, também está na lista dos prevaricadores junto da Alfândega. A DGAE tem por levantar equipamentos e materiais informáticos, todos eles importados em 2004.

Preocupada com o quadro negro acima descrito, a Direcção Geral da Alfândega já deu um ultimato, através da Circular n.º 43 de 1 de Dezembro de 2005, para que as entidades visadas façam o desalfandegamento urgente das mercadorias em causa. A nota assinada pelo director-geral Adriano Brazão e a que **A Semana** teve acesso, lamenta o facto de, maugrado ter insistido por várias vezes junto dos visados no sentido de regularizarem a sua situação, “esta situação de irregularidade ainda prevalece”.

Por isso, a DGA recomenda “a regularização imediata dos despachos dessas mercadorias, sob pena de proceder à cobrança coerciva da dívida aduaneira, para além de suspender a concessão de quaisquer facilidades às entidades que não cumpram as suas

obrigações fiscais”.

O director-geral da Alfândega salienta na sua nota que a instituição que representa teve conhecimento da existência, na Alfândega da Praia, de vários pedidos de levantamento de mercadorias destinadas às campanhas eleitorais, que tiveram lugar entre 2000 e 2004. Mas que tais pedidos não foram, na óptica daquele responsável, regularizados no prazo de cinco dias úteis após o desalfandegamento das mercadorias em causa, conforme o estabelecido na Ordem de Serviços n.º 21/94 da DGA.

**A Semana** está em condições de avançar que David Hopffer Almada é o único dos sujeitos políticos, abrangidos pela mencionada situação, que já contactou a Alfândega da Praia para saber o que fazer com os materiais ali retidos.

Em suma, se a situação persistir, as diferentes forças políticas e os candidatos presidenciais às eleições de 2006, bem como a DGAE, poderão enfrentar dificuldades no desalfandegamento de novos materiais para a campanha eleitoral que se avizinha. Pois segundo técnicos aduaneiros envolvidos no processo, as Alfândegas estão dispostos a fazer cumprir a lei, uma vez que “tais entidades devem ser as primeiras a servirem de exemplo na luta contra fuga ao fisco. Afinal, o exemplo deve vir de cima. Sobretudo em período de campanha eleitoral”, comenta a nossa fonte.

Alírio Dias de Pina



## MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT, AGRICULTURE ET PECHES DIRECTION GENERALE DE L'AGRICULTURE, SYLVICULTURE ET ELEVAGE DIRECTION DE L'AGRICULTURE

Projet : “Gestion durable des ressources naturelles pour la Production et Protection Intégrée des Cultures - PPI”

### AVIS D'APPEL D'OFFRES-AUDIT

1. Le Ministère de l'Environnement, Agriculture et Pêches à travers la Direction Générale de l'Agriculture, Sylviculture et Elevage invite par le présent appel d'offre, les soumissionnaires à présenter leurs offres sous pli fermé, pour la prestation de service/audit au projet *Gestion durable des ressources naturelles pour la Production et Protection Intégrée des Cultures-PPF*.

#### a) Travail à réaliser:

- ▶ la vérification et la classification des documentations comptable et le traitement comptable pour la période de septembre 2002 à Décembre 2004;
- ▶ vérification et analyse des dépenses et des recettes du projet;
- ▶ l'analyse et la réconciliation des comptes et l'élaboration des bilans semestriels;
- ▶ la fermeture annuelle des comptes et l'élaboration des documents finaux de présentation des comptes ;
- ▶ l'enregistrement des documents selon les différents plans de Liquidités en obéissant aux normes du protocole du projet;

#### b) lieu d'exécution

- ▶ le travail sera exécuté au bureau du Projet ( Achada S. Filipe-Praia ) ;
- ▶ tous les documents seront prêts et rendus au fur et à mesure qu'ils soient sollicités ;
- ▶ le travail sera exécuté sur une période de 10 jours utiles.

#### c) Offre

- ▶ L'offre doit être constituée d'une proposition technique et financière

2. Les soumissionnaires intéressés à concourir peuvent obtenir des informations supplémentaires au bureau du projet situé à la Direction Générale de l'Agriculture, Sylviculture et Elevage (DGASP) Achada S. Filipe Praia BP: 278 téléphone 2647539/2647227 Fax: 2647543

3. Toutes les offres doivent être déposées à l'adresse indiquée ci-dessus au plus tard le 16 Septembre 2005 à 15 heures

Achada São Filipe, le 05 décembre 2005

# Cai o pano no Parlamento

5

As sessões plenárias da Assembleia Nacional chegam hoje ao fim, embora, oficialmente, a presente legislatura só termine em Fevereiro, quando os novos deputados, eleitos em Janeiro, tomarem posse. Ainda assim é o pano que cai no palco parlamentar depois de cinco anos de acção permanente.

Para os anais desta sessão ficam registados o chumbo do estatuto especial da Cidade da Praia. Mas também há a registar a autorização que vai permitir, em 2006, os exercícios militares da NATO em Cabo Verde e ainda a aprovação do Livro Branco do Ambiente. Este facto foi, aliás, salientado pelo presidente da AN, Aristides Lima, por ser esta a primeira vez que um governo em Cabo Verde consegue aprovar tal documento.

Pelo caminho ficou também a lei da Organização da Justiça, diploma que devia completar o tripé da reforma do sector - aprovados que estão o Código Penal e o Código do Processo Penal - mas cuja proposta o governo preferiu recolher alegando falta de condições, adiando-a assim para o próximo mandato.

Até hoje os deputados tinham ainda por despachar várias iniciativas, entre elas a votação final da lei que regula as associações e ordens profissionais, bem como a lei dos



estatutos da Ordem dos Advogados, etc.

Esta última sessão plenária, que decorre desde a semana passada, registou ainda uma interpelação do MpD sobre a participação da emigração na vida política e económica nacional e um debate sobre as políticas do Governo, a boa governação e a consolidação do Estado de Direito democrático, visto por alguns observadores como uma *reprise* do estado da nação. Uma discussão, diga-se de passagem, inócua, sem nada de novo, que apenas serviu para cumprir a agenda. O MpD, autor da inicia-

tiva, nem sequer se mostrou empenhado no debate em que, do lado da bancada desse partido estiveram Humberto Cardoso e José Filomeno, ficando a resposta da banda oposta por conta de Cristina Fontes, Rui Semedo e Manuel Inocêncio.

A pensar no dia seguinte esteve boa parte dos deputados, ausentes do plenário da Assembleia Nacional. Só assim se explica que um diploma, considerado estratégico para o PAICV, o do estatuto especial para a Cidade da Praia, tenha sido votado com cinco dos seus membros ausentes

da sala, quando bastavam apenas mais dois votos para o mesmo ser aprovado. E assim prevaleceu a vontade do MpD e PCD, que em parilha somaram 25 votos contra os 35 da maioria e chumbaram uma iniciativa de que se fala desde a revisão constitucional de 1999 e que o governo assumiu desde 2002, pelo menos. A velha mania de que com um pouco de jeito as coisas de última hora acabam por passar. Pois aí está a resposta na hora em que o pano cai no Palácio da Achada de Santo António.

JVL

Sexta-feira, 09 de Dezembro de 2005

Actualidade

## TÂNIA NEVES é a nova miss CEDEAO

Miss Cabo Verde é a nova rainha da CEDEAO. Depois de 1996 e 2002, Cabo Verde volta a arrecadar o título de Miss Cedeao. Tania Neves, estudante de 18 anos, e a autora da proeza.

A cabo-verdiana Tânia Neves foi eleita na madrugada de domingo Miss CEDEAO 2005. A beleza cabo-verdiana foi a votos na 11ª edição deste concurso que decorreu no Palácio dos Congressos de Cotonou, capital do Benin, e arrebatoou o troféu da mulher mais bela da região. Esta é a terceira vez que Cabo Verde ganha o título.

Tânia Neves, que no concurso nacional Miss Cabo Verde representou São Nicolau, vai receber, além de outras recompensas, o Prémio Houphouët Boigny da integração africana, oferecido pela primeira-dama ivoiriense. A Miss Côte d'Ivoire, Sery Dehi Dorcas, e Miss Togo, Badakou Edwige Grâce, foram eleitas primeira e segunda dama de Tânia Neves.

De volta à sua ilha natal, São Nicolau, a nova Miss CEDEAO foi recebida pelos familiares, amigos e conterrâneos com sorrisos abraços e lágrimas de emoção. Mas antes, no aeroporto da Praia, encontrou-se com a presidente do Comité de Miss

Cabo Verde, Heloisa Morais, que "*orgulhosa*" com esta vitória de Tânia, lembrou que, afinal, a Miss Cabo Verde também promoveu o país.

Além de ser catequista, Tânia Neves é classificada como boa aluna. Completou o 12º ano em Julho último com a média de 17 valores, destacando-se com 19 em Psicologia e 17 em Matemática. O seu maior sonho é formar-se em Estatística porque a Matemática é a sua paixão.

O concurso Miss CEDEAO 2005 contou com a participação de 10 dos 15 países da sub-região: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gana, Gâmbia, Nigéria, Níger, Senegal e Togo. Uma festa que foi animada pelos artistas beninenses Elise Nanga e Sonia Oliver's, enquanto a sub-região alargava ainda mais as suas fronteiras musicais com a entrada em cena de Oren'chy e Pierrette Adams. Ausentes do concurso estiveram as representantes da Guiné-Bissau, da Guiné-Conakry, da Libéria, do Mali e da Serra Leoa.





## Delegada de Saúde da Boa Vista contestada

A população da Boa Vista está descontente com a Delegada de Saúde, que acusa de reter os doentes na ilha e só decidir pela evacuação quando nada mais é possível fazer para salvar a vida dos pacientes. O assunto foi levado à última sessão da Assembleia Municipal por alguns deputados que, em nome dos boavistenses, desafiaram o presidente a apurar a veracidade das queixas. José Pinto Almeida comprometeu-se a interpelar a Delegada de Saúde, o que deverá acontecer antes do final desta semana.

A Delegada de Saúde da Boa Vista garante por seu turno que não tem conhecimento de nenhum sinal de descontentamento em relação à forma como executa o seu trabalho e refuta as acusações de evacua-

ção tardia de doentes. Segundo Adilma Soares, o objectivo da delegacia é prestar um atendimento de qualidade aos doentes, ainda que em condições difíceis, porque não tem à disposição as melhores condições. *“Quanto mais depressa eu conseguir evacuar um doente grave, melhor para mim e para a delegacia. Eu não tenho meios para reter um doente com uma patologia grave na DS, que é pequena, não oferece boas condições para o internamento, não permite fazer raio-x, de entre outros constrangimentos”*.

Esta responsável explica entretanto que nem todos os doentes atendidos na DS têm de ser evacuados. É que para se evacuar um doente, frisa, é preciso atender a alguns critérios, possibilidades de diag-

nóstico e/ou evolução da doença. *“Normalmente internamos um doente. No caso de este não evoluir positivamente, optamos por evacuá-lo. Entretanto, se o mesmo vier a falecer mais tarde nos hospitais centrais, a tendência é culpabilizar a DS. Isso acontece porque as pessoas que rem ser evacuadas logo que procuram os nossos serviços, ainda que não tenhamos elementos que sustentem a evacuação”*, completa.

Adilma Soares não se lembra de nenhum caso recente que possa ter despoletado esta reacção, embora admita que nas ilhas periféricas as pessoas têm por habito deixar as coisas incubar para as fazer explodir quando menos se espera. Neste caso em particular, Soares estranha que esse

“descontentamento” tenha vindo à baila numa altura em que ela se encontrava fora da ilha. *“O único caso de que me lembro que possa ter provocado algum desconforto é o de uma criança com menos de seis meses que caiu do colo de um adulto. A criança foi levada para a DS e, como não apresentava nenhum sinal de fractura, ela foi para casa. Três dias depois a mãe voltou com a criança porque ela chorava muito e, mesmo sem encontrar nenhum sinal de problema, salvo um pequeno inchaço numa perna, decidi evacuá-la para o hospital da Praia. Lá, detectaram uma fractura”*, conta esta responsável, para quem a falta de um aparelho de raio-x prejudica o trabalho da DS.

Constância de Pina

## ELECTRIFICAÇÃO DE JUNCALINHO

### DGIE opta por instalar geradores em contentor

A Direcção Geral de Indústria e Energia optou por colocar os geradores destinados à electrificação de Hortelã, Juncalinho e Morro Brás dentro de um contentor, nas proximidades da central eléctrica que foi construída pela Câmara de Benvindo Oliveira, com recurso a um empréstimo bancário, exactamente para receber esses equipamentos. O referido procedimento foi a via encontrada por este serviço do Estado para pôr cobro ao contencioso que opunha a DGIE e a Câmara da Vila da Ribeira Brava, processo que estava a dificultar a electrificação destas zonas.

Os trabalhos de montagem dos geradores já arrancaram e estão sob a responsabilidade da empresa Electric. Esta empreiteira comprometeu-se ainda, perante a DGIE, a formar alguns técnicos que irão assegurar o funcionamento e a manutenção dos equipamentos, garantido a assistência técnica dos mesmos por um período de seis meses. *“A empresa Electric vai aproveitar alguns dos ex-trabalhadores da antiga central da Ribeira Brava, que foi desactivada há alguns meses. Esses trabalhadores irão receber uma formação específica para assegurar o funcionamento e a manutenção dos geradores”*, esclarece o deputado nacional eleito pelo círculo eleitoral de São Nicolau, Manuel Fernandes.

Apesar dos vários contactos, não foi possível confirmar tal informação junto da DGIE. Se assim for a DGIE terá conseguido desta forma contornar as exigências da Câmara de Amílcar Spencer Lopes, que se recusara a ceder a Central de Juncalinho para a instalação dos geradores, enquanto não fossem previamente resolvidas *“questões importantes, entre as quais a de se esclarecer quem se iria responsabilizar pelo funciona-*

*mento da micro-central, contratar e pagar electricistas, mecânicos e ajudantes, ou garantir o fornecimento das peças sobressalentes e a sua manutenção, bem como a compra de combustível”*.

A verdade é que, a 30 de Outubro, o governo de José Maria Neves, através do Secretário de Estado da Juventude e Desportos, Américo Nascimento, fez a entrega dos grupos geradores à população destas três localidades, no quadro de um projecto orçado em 20 mil contos que visa levar a energia eléctrica aos povoados mais recônditos da ilha de São Nicolau. O presidente da Câmara da Vila da Ribeira Brava, Amílcar Spencer Lopes, por seu lado, pôs um travão no entusiasmo da população e do governo ao dizer que a sua autarquia não foi envolvida no projecto e que estava à espera de um contacto para encetar negociações.

A população respondeu com um abaixo-assinado de 161 assinaturas, numa localidade de pouco mais de 500 habitantes, incluindo velhos e crianças, e a DGIE emitiu uma nota fazendo a retrospectiva do processo desde a intenção do governo em avançar com o projecto de electrificação das três localidades, com recurso a fundos do Tesouro Público em Maio passado, até ao lançamento dos postos e inauguração da electrificação de Hortelã. Actos que contaram com a participação e os discursos de exaltação da Câmara.

Exactamente por isso, os moradores de Juncalinho abordados por **A Semana**, não conseguem entender como é que um projecto de electrificação, que produz forte impacto nessas localidades, pode ser travado exactamente agora que estão prestes a receber esse bem precioso para qualquer indivíduo do séc XXI. E falta tão pouco!

Constância de Pina

**PUB**

## LEGISLATIVAS

## PAICV e MpD arrancam em força em São Vicente

Os partidos têm até terça-feira, 13, para proceder à entrega das listas que vão levar às eleições de Janeiro. E com a publicação destas se ficará a saber, em definitivo, com que armas cada força política irá disputar o voto dos eleitores. Com mais sangue nas guelras, o MpD e o PAICV arrancam hoje em força, uma vez mais, em São Vicente, não obstante as dores de parto, que não são poucas.

O MpD e o PAICV apresentam hoje, no Mindelo, os seus candidatos por São Vicente. Embalados pela sua anterior aparição na ilha do Porto Grande, os tambarinas escolheram um espaço aberto para o seu comício no Monte Sossogo, enquanto o MpD terá como palco o cinema Eden-Park.

Mas antes disso aquelas duas forças políticas devem, ainda hoje, entregar os respectivos dossiers de candidatura junto das comarcas judiciais das várias ilhas e concelhos, embora o prazo limite termine na próxima terça-feira, conforme deliberação nº 15/2005, da CNE. Com mais ou menos dificuldades, o processo encontra-se praticamente concluído, pelo que quem até agora não conseguiu um lugar ao sol só lhe resta conformar-se ou então partir a louça. É o caso de Rosa Rocha, no Porto Novo, que não ficou contente com a preferência dada a Alberto Josefa Barbosa pelo PAICV.

## LISTA DA ZEBRA

Mas as reclamações não se limitam ao Porto Novo. Em São Filipe, ilha do Fogo, o edil Eugénio Veiga já mandou dizer que não aceita Lívio Lopes na lista de São Filipe, caso contrário, não fará campanha. No Sal, Sara Lopes terá recusado ser o número dois de Basílio Ramos.

Outro ponto tradicionalmente problemático é a Praia, o maior círculo eleitoral do país, com 15 dos 72 deputados da AN. Aqui teve de ser posta de lado a "lista da zebra" inventada por José Maria Neves, que seguindo a lógica um homem-uma mulher fazia Cristina Fontes aparecer à frente de Rui Semedo, Hermínia Curado antes de Eduardo Monteiro, Nilda Fernandes à frente de Nuno Duarte... Baralhadas que foram de novo as cartas, os sete primeiros lugares ficaram assim distribuídos: José Maria Neves, Rui Semedo, Cristina Fontes, Eduardo Monteiro, Hermínia Curado, Nuno Duarte e Nilda Fernandes. O problema agora é Nuno, que recusa o lugar que lhe foi designado, pois está seguro do seu poder de captar votos no círculo que o viu nascer e onde tem inúmeros apoiantes.

No caso de São Vicente, ilha que elege 11 deputados, as coisas parecem mais pacíficas, até mais ver. Aqui, além do cabeça de lista Manuel Inocêncio Sousa, confirma-se, afinal, Onésimo Silveira como número dois da lista do PAICV (ver caixa). Seguem-se Mário Matos, Filomena Martins, João do Carmo, Hermes Silva e, entre outros, Filomena Rodrigues. Esta médica de profissão foi deputada independente do MpD no primeiro mandato da II República, isto é, entre 1991 e 1995.

Mais conturbada é, ao que este jornal apurou, a situação do MpD. Depois do terramoto da Praia, causado por Eurico Monteiro, as mais variadas fontes apontam agora São Vicente como o local onde se concentra neste momento o grande foco de descontentes com as cartas de Agostinho Lopes, num processo em que Rui Figueiredo Soares desempenhou um papel de peso, já que coordenou o dossier eleitoral no MpD.

E, mais uma vez, o descontentamento vem

principalmente dos apoiantes de Agostinho Lopes na convenção do ano passado, que se sentem claramente preteridos em favor de Rui Figueiredo Soares, Humberto Cardoso, João Medina, António Pascoal Santos, Rui Moreira e outros. A coisa, comenta uma fonte, "foi de tal forma urdida por Figueiredo Soares que não sobrou nada para o pessoal de Agostinho Lopes, que agora tem de prestar contas aos seus".

Por isso, além de presidir o *meeting* do partido em São Vicente, as fontes garantem que o presidente do MpD vai a essa ilha para "apagar o lume" nas suas hostes, que reclamam principalmente do facto de Pascoal e Moreira integrem a lista em lugares cimeiros. Isso sem esquecer a tentativa de incluir no mesmo lote o nome de José Luís Livramento, hipótese que teve ser posta de lado. Outro nome que também rondou São Vicente, segundo as mesmas fontes, foi Gualberto do Rosário, mas quem deu as cartas nesse processo, ou seja, Rui Figueiredo, nem sequer o deixou aproximar-se.

"A guerra é aberta em São Vicente, com tentativas de reverter a situação", diz uma das nossas fontes, para quem o descontentamento em torno das listas do MpD é generalizado, quase que de Santo Antão a Brava. Um exemplo disso também é Santa Cruz onde a luta entre Pedro Alexandre e Orlando Dias "está no ponto rubro". "No caso do Dico há a percepção de que houve exagero e ligeireza, de tal forma que, no MpD, passado o choque, neste momento procura-se saber quem fez as listas e com que objectivos", diz uma fonte, para quem no caso do ex-presidente do PCD o problema nem sequer é a sua inclusão nas listas do MpD, mas sim o lugar em que aparece.

## Onésimo na lista do PAICV

O PAICV e o PTS assinam hoje, no Mindelo, um acordo de colaboração política, ao abrigo do qual Onésimo Silveira irá aparecer como o número dois das listas tambarinas e na qualidade de independente. Este facto vem confirmar a notícia avançada no número anterior deste jornal que garantia que o apoio de Silveira ao PAICV estava seguro, fizesse ele ou não parte das listas do partido governamental.

O acordo prevê ainda a inclusão de mais dois elementos do PTS nas listas do PAICV por São Vicente, neste caso no lote dos suplentes. São eles João do Rosário e Adilson Sancho.

Esta aliança, negociada por João do Carmo (PAICV) e por Isaías Rodrigues (PTS), consagra no essencial a colaboração destas duas formações políticas nas legislativas de Janeiro e, mais tarde, nas autárquicas de 2008 em São Vicente. Isto é, o PTS apoia nestas legislativas o PAICV, para o PAICV fazer o mesmo em 2008, numa eventual recandidatura de Onésimo Silveira à Câmara Municipal de São Vicente. Um elemento de realce é o facto de, não obstante esse acordo, os dois partidos terem decidido fazer a campanha de Janeiro de forma autónoma, ainda que em paralelo.

Um dirigente tambarina reafirma que este acordo entre o PAICV e o PTS em nada se compara com a situação do MpD e independentes do PCD. "Não se trata de uma coligação, porque esta é uma aliança localizada, em São Vicente. As coligações têm que ter uma abrangência nacional, até porque o prazo para as coligações já expirou. No nosso caso, os dirigentes do PTS que integram as listas do PAICV não são obrigados a desvincular-se do seu partido, como acontece com o MpD e o pessoal do PCD. O nosso acordo prevê a existência autónoma de cada uma das partes signatárias, o que também não acontece com o acordo do MpD e Dico. Além disso, é um acordo negociado pelos órgãos legítimos do PAICV e do PTS".

Aureliano Ramos, negociador do PCD, revela

## "Há sim acordo entre o MpD e o PCD"

Ainda que "informal", há sim uma coligação entre o MpD e o PCD para as legislativas de Janeiro. Quem o afirma é Aureliano Ramos, membro da equipa negociadora do partido laranja, para quem nenhuma das partes pode recusar a existência desse facto. Isto numa altura particularmente difícil para os laranjas, quando algumas vezes diagnosticam a "morte indigna" do PCD.

Vários dias depois de revelados ao país os contornos do entendimento, que passa pela integração nas listas do MpD de Eurico Monteiro e outros dirigentes ligados ao PCD como independentes, tais contornos continuam por clarificar.

Esta semana, depois de percorrer Seca e Meca em busca de alguém que desse a cara e a voz pelo PCD, este jornal chegou à fala com Aureliano Ramos, membro da extinta Comissão Política do partido laranja e um dos integrantes da Comissão que negociou o que ele chama de "coligação informal" com o MpD. É ele que, em presença dos dados vindos a público, reage sobretudo às afirmações dos dirigentes do MpD que negam um acordo entre os dois partidos, afirma: "Há, sim, um acordo entre o MpD e o PCD no sentido de uma coligação, ainda que informal. E nenhuma das partes pode dizer o contrário".

Ramos sustenta que o referido acordo há muito vinha sendo negociado entre as duas forças políticas, através de uma delegação do MpD, chefiada pelo seu vice-presidente Victor Coutinho. A delegação do lado do PCD António Maurício Santos, Lino Público Pinto Monteiro era composta por Aureliano Ramos. "As duas delegações vinham se encontrando há mais de um mês, e chegaram a trabalhar duas ou três vezes por semana".

Questionado se Eurico Monteiro integra a referida equipa negociadora por parte do PCD Aureliano Ramos é taxativo: "Não, o Eurico apenas integra a Comissão de Gestão, que foi criada no PCD quan-

do a Comissão Política se demitiu. Na altura elegemos essa CG para preencher o vazio criado e gerir o partido até ao próximo congresso".

E falando sobre o acordo que diz existir entre o PCD e o MpD, o entrevistado de *A Semana* classifica-o como sendo uma "coligação informal", sendo este um meio para contornar o Código Eleitoral e o factor tempo, elementos que tornavam impossível agora uma "coligação formal". "Por causa disso tivemos de procurar um modelo, que estava sendo negociado há muito tempo, como disse, e encontramos esta solução, que no fundo, não deixa de ser uma coligação", explica.

É também neste quadro que Aureliano Ramos integra a inclusão de Eurico Monteiro e outros dirigentes do PCD nas listas do MpD. Ainda que os mesmos tenham de se desvincular do seu partido, submetendo-se à disciplina do grupo parlamentar do MpD, caso sejam eleitos deputados, como foi revelado na segunda-feira, 5, por *asemanonline*.

"A figura de independente", explica, "é uma forma de contornar o aspecto formal imposto pelo Código Eleitoral. Uma coligação impõe uma plataforma, um programa, um símbolo que não se confunde com os símbolos dos partidos que a integram, etc. É por isso que digo que se trata de uma coligação informal, sendo no fundo uma coligação que serve para ultrapassar essa dificuldade legal. Ao abrigo do acordo, as listas do MpD integram personalidades ou dirigentes indigitados pelo PCD na qualidade de independentes".

Embora não tenha participado, Aureliano Ramos informa que houve uma reunião alargada no passado sábado, 3, entre a Comissão de Gestão do PCD e outros dirigentes ou personalidades desse partido onde a "coligação" com o MpD foi analisada. O que não deixa de ser estranho é que até hoje nenhuma explicação tenha sido avançada ao público, quando se sabe que a polémica já está instalada nas próprias hostes laranja, sobretudo depois que a vice-presidente do MpD,

Filomena Delgado, recusou a existência de qualquer coligação com o PCD, na linha do que já havia dito Rui Figueiredo Soares.

E mais curioso ainda foi a dificuldade deste jornal em encontrar alguém que quisesse falar em nome do PCD sobre este assunto. Nas suas tentativas de contacto, houve até um dirigente laranja, Armindo Gomes, referido como tendo sido convidado para integrar a lista do MpD por São Vicente, que afirmou não saber de nada, pois está, como muitos outros colegas, à espera de uma explicação da Praia.

À luz dos dados vindos a público até aqui, outros elementos, fundadores ou ex-dirigentes do PCD, afirmam-se indignados com a sorte actual do partido que ajudaram a criar há 12 anos atrás, quando romperam com o MpD. É o caso de Artur Correia, desligado há mais de cinco anos, que sugere que os fundadores do PCD deveriam encontrar-se, todos vestidos de fato e gravata, para acabar solenemente com o partido. "O que se está a ver é uma morte indigna do PCD", afirma.

Também Luís Leite, que há um ano se afastou do PCD depois de uma divergência com Eurico Monteiro, considera o acordo com o MpD "um processo sem moral e sem ética", ditado apenas pela "sede de poder". "Por aquilo que me contaram o partido não tomou nenhuma posição em relação ao acordo", diz Leite, escusando-se a tecer mais comentários sobre o caso, tendo em conta que é bastonário dos médicos.

A situação que parece reinar em torno do PCD é, para certos observadores, indiciador do estado de inanição política em que se encontra aquele partido, surgido em 1994 na sequência da primeira cisão surgida do MpD e que desde então tem procurado sobreviver no estreito corredor da bipolarização imposta pelos dois grandes partidos, PAICV e MpD.

JVL

Sexta-feira, 09 de Dezembro de 2005

Correio das ilhas



**HORUS CABO VERDE - TRÂNSITOS E SERVIÇOS, Lda.**  
*Deseja a todos Boas Festas e um Feliz Ano Novo*  
**Experiência e Qualidade em Transportes Marítimos e Aéreos, Embalagens para todo o Mundo**

PRAIA - Horus Cabo Verde  
 Av. Cidade de Lisboa  
 Tel. 61 45 85 Fax: 61 34 84  
 e-mail: horus@cvtelecom.cv

LISBOA - Horus S.A.  
 Edifício Horus - Quinta da Bela Vista - 2670 Frielas  
 Tel. 219 487 657 Fax: 219 487 676  
 e-mail: ana.fonseca@horus.pt

PORTO - Horus Norte  
 Rua de Cidres, 1630 - 4455-442 Perafita  
 Tel. 229 942 670 Fax: 229 940 828  
 e-mail: rdoria@mail.telepac.pt

## Aconteceu

### SEXTA-FEIRA, 02

• Ministro das Infra-estruturas e Transportes preside cerimónia de lançamento da primeira pedra da rede viária que dá acesso ao Calhau, São Vicente. No acto, Manuel Inocêncio de Sousa diz que com o aeroporto internacional em fase avançada de construção e o arranque da estrada que liga Baía das Gatas a Calhau, aquela ilha se posiciona definitivamente como destino turístico e de investimentos.

### SABADO, 03

• Delegação da Câmara de Roterdão chega ao concelho do Porto Novo para uma visita de uma semana. A presença dos holandeses nesse município de Santo Antão vai dar continuidade às relações de cooperação entre Porto Novo e Roterdão iniciadas em finais de 2004, aquando da visita do edil Amadeu Cruz àquele município holandês.

### DOMINGO, 04

• Secretário de Estado da Descentralização e Desenvolvimento Regional, Ramiro Azevedo, preside, na Praia, à cerimónia de encerramento do seminário sobre o processo eleitoral. O curso tem como destinatários os membros das comissões de recenseamento eleitoral e as câmaras municipais e visa preparar estes intervenientes no processo eleitoral para o período que se avizinha.

• Miss Cabo Verde, Tânia Neves, é eleita em Cotonou, Benin. Miss CEDEAO 2005. Esta é a terceira vez que este arquipélago arrebatou o título.

### SEGUNDA-FEIRA, 05

• Delegados de Saúde de todos os concelhos do país e representantes do Instituto Nacional de Estatística (INE) reúnem-se no Sal para validar os resultados do Inquérito de Avaliação da Cobertura Vacinal e do Plano Estratégico e Plurianual Alargado de Vacinação (PAV) para Cabo Verde. Este encontro, cuja duração é de dois dias, avalia também a efectividade do desempenho do PAV no seio das crianças cabo-verdianas.

### TERÇA-FEIRA, 06

• Oficiais da Nato chegam ao Fogo para fazer um levantamento minucioso dos parques naturais que não podem ser afectados durante os exercícios militares daquela organização, em Julho de 2006. Trata-se de mais uma etapa no processo que conduzirá aos treinos Livex 2006.

• Embaixada de Portugal em Cabo Verde/Cooperação Portuguesa apetrecha a sala de informática da escola secundária Padre Moniz, na Calheta de São Miguel, com 4 computadores e 2 impressoras.

### QUARTA-FEIRA, 07

• Equipa de Coordenação Operacional de Segurança (ECOS) reúne-se para analisar a situação criminal do país. A articulação entre as polícias, com o objectivo de reforçar a segurança pública na época festiva e durante o período eleitoral é um dos pontos da agenda deste órgão encarregue de combater a criminalidade no país.

### QUINTA-FEIRA, 08

• Secretário de Estado da Descentralização Regional, Ramiro Azevedo, recebe em audiência o director geral da Cooperação Internacional do Desenvolvimento da França, Hervé Magro. Assuntos relacionados com a descentralização são abordados pelos dois dirigentes.

# Quando a integr

**Joana Almada, de 21 anos, já conquistou quase tudo que uma jovem da sua idade pode querer: um companheiro e tem um filho. Isto apesar de sofrer de deficiência total das duas pernas, e ela mesma considera-se feliz pelas suas conquistas. Quanto aos sonhos, eles resumem-se em dois: ter uma casa própria e viajar para o estrangeiro.**

Fomos encontrar Joana Almada na exposição de velas artesanais, no Centro Cultural Francês da Praia, a organizar as vendas e a cuidar da contabilidade, como peixe na água, já que é esta a sua área de formação. Infelizmente esse trabalho temporário ainda não é o primeiro emprego, com o qual a jovem tanto sonha. Um sonho que, ela própria o diz, não é impossível realizar, sobretudo tendo por base as outras conquistas já feitas num caso como o seu de deficiência física e de limitação grave da locomoção.

Entretanto, nem essa limitação, menorizada há pouco tempo com a oferta de uma motorizada pela Cooperação Francesa, nem a vinda de um filho, portador de uma deficiência idêntica à da mãe, foram suficientes para impedir a "caminhada" de Joana. Quando teve o filho, na sequência de "uma gravidez normal" e de um parto, durante o qual "foi bem tratada por todos", Joana disse ter ficado triste. "Mas logo depois fiquei animada, porque ele saiu igual a mim".

Isto significa, na cabeça de Joana, que o seu filho, que ela leva ao jardim todos os dias, vai ser feliz tal como a mãe. Para começar, diz a nossa entrevistada, ele "tem o desenvolvimento normal, como qualquer criança". Uma criança a quem Joana sonha criar "numa casa própria e dar tudo a que tem direito".

## OS NÚMEROS DA DEFICIÊNCIA

A história de Joana Almada soa cor-de-

rosa demais numa realidade que não é fácil para todos os deficientes. Nem todos se consideram integrados como a Joana, com os problemas de rejeição a começar na própria família e a alargar-se ao todo da sociedade. E o que dizer quando os próprios arquitectos que concedem os edifícios esquecem que eles existem? Isto quando a grande maioria dos portadores de deficiência têm problemas de locomoção.

Segundo o Censo de 2000, neste arquipélago existem 13.948 deficientes, o que representa 3,2% da população, um número considerado baixo se comparado com outros países do nosso continente. O último Censo realizado no país dá conta de que a maioria dos deficientes nacionais são do sexo feminino (6993) e deste número, 3795 residem no meio rural, enquanto 3198 fazem o seu dia-a-dia nos centros urbanos.

Quanto aos deficientes do sexo masculino, eles representam um número equivalente a 6955, divididos entre o meio urbano (3113) e o meio rural, onde são cerca de 3842. É assim que Santiago, devido à sua dimensão, é a ilha onde o número é mais expressivo (6.471). Logo a seguir aparecem Santo Antão (2293), São Vicente (2022), Fogo (1456), São Nicolau (534), Sal (499), Maio (268), Brava (262). Boa Vista é a ilha que tem menos deficientes (143).

Relativamente ao tipo de deficiência, a deficiência motora aparece à frente, abarcando um número equivalente a 7183 mil pessoas. Logo a seguir surgem a cegueira parcial (2077), a deficiência mental (1347)



# Ministério da Saúde quer mel



O Ministério da Saúde anunciou esta semana o primeiro plano de vacinação nacional a longo prazo para o país, o Plano Estratégico e Plurianual do PAV - Plano Alargado de Vacinação para Cabo Verde. O plano estipula as estratégias para a cobertura vacinal até 2010, factor que para o Director Geral da Saúde, Carlos Brito vai permitir melhorar a qualidade da vacinação no nosso país.

Os Delegados de Saúde dos vários concelhos de Cabo Verde estiveram reunidos na segunda e terça-feira, no Sal, num atelier para discutir e validar o projecto de vacinação a longo prazo para o arquipélago. Altura para discutir o Inquérito de Avaliação da Cobertura Vacinal de 2005.

De acordo com o director-geral de Saúde, o Plano Plurianual vai não só "organizar e planificar" a forma como a vacinação é feita, como também "discutir a viabilidade financeira da vacinação em Cabo Verde nos próximos anos", salienta.

Até agora, devido a deficiências na organização, o projecto de vacinação, que é sustentado pelo Ministério da Saúde, junto com parceiros como a Unicef e a OMS - não tem podido evitar, deter ou reduzir algumas perdas perfeitamente evitáveis e que tornam complicadas a sustentação do sistema de vacinação gratuita em Cabo Verde.

Segundo Carlos Brito, devido às características do arquipélago, "existem muitos lugares, onde se vacina uma criança contra o sarampo pelo preço de dez". Isso, para o médico, é um desvio na organização e na qualidade do sistema, que deve ser corrigido.



# vacinação é possível

...uerer. Terminou o ensino secundário, fez um curso técnico em contabilidade, arranjou um... do seu filho ter, se assim se pode dizer, herdado a deficiência da mãe. Apesar disto Joana... em-se a ter um trabalho, algo necessário para conquistar o que ainda falta.



e a surdez parcial (1246). A cegueira total atinge 385 indivíduos em Cabo Verde, a que se somam 127 com surdez total e 177 mudos.

## SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL

A situação económica dos portadores de deficiência é considerada como "muito difícil" em Cabo Verde. A maioria vive nas zonas periféricas dos centros urbanos e em casas bastante degradadas enfrentando vários problemas de saúde e de nutrição, isso sem entrar no capítulo da acessibilidade que até agora parece preocupar muito pouco a sociedade cabo-verdiana.

É também no seio desta população que se encontram as taxas mais elevadas de analfabetismo e de desemprego, pois falta às pessoas com deficiência o mínimo de educação e formação profissional para integrarem a vida colectiva.

A nível dos cuidados de saúde e ajudas técnicas específicas não há pessoal especializado e estruturas equipadas para responder às necessidades das pessoas portadoras de deficiência. Só para se ter uma ideia, neste momento o país só dispõe de cerca de 5 fisioterapeutas, e de um centro de reabilitação em início de funcionamento.

## A REABILITAÇÃO

Até há pouco tempo sem uma estrutura pública (há um centro privado para os que

podem pagar) que lhes permitisse enfrentar o complexo problema da deficiência, os deficientes motores cabo-verdianos já contam com um centro que os irá ajudar no seu processo de reabilitação. Trata-se do Centro Nacional Ortopédico e de Reeducação Funcional (CENORF), inaugurado a 26 de Outubro.

O CENORF surge como uma instituição que procura prestar serviços especializados em matéria de ortopedia e de reabilitação, além de ter uma participação activa na concepção e na produção de aparelhos e dispositivos para pessoas com deficiência.

A unidade fabril tem por finalidade produzir próteses para portadores de deficiência de todas as faixas etárias. E, segundo o presidente da Associação Cabo-Verdiana de Deficientes, David Cardoso, nesta altura já têm 20 dos deficientes na fila à espera que as suas solicitações sejam atendidas.

Todos os materiais para o fabrico das próteses são importados da Europa, mais concretamente da Suíça e da França. Entre os materiais necessários para o efeito figuram a resina, um plástico apropriado para a produção de próteses, tubos de ferro, peças para o joelho, para a articulação, e cintura de couro quando as amputações são curtas, entre outros.

Situado em Achada São Filipe, Praia, o CENORF tem ao seu serviço quatro técnicos ortopedistas, entre os quais estrangeiros (Luxemburgo), fisioterapeutas e uma assistente social. **PM**

# horar qualidade da vacinação

"À luz do Plano, nós vamos ter que produzir os instrumentos de suporte à formação e à supervisão...", explica. Isto porque, "para que as estruturas funcionem com igual qualidade, de Santo Antão à Brava, é preciso que as referências estejam claras para todos os intervenientes no sistema de vacinação", diz Carlos Brito.

Além disso, o plano prevê discussões sobre os calendários de vacinação. Isso tendo em conta o projecto de programar melhor e casar da melhor forma a capacidade financeira do país com esses calendários e suas possíveis alterações.

## PRIMAR PELA QUALIDADE

Quanto ao Inquérito da Avaliação da Cobertura Vacinal, o Director Geral de Saúde é categórico ao afirmar que este inquérito, relativo ao ano de 2005, veio provar que Cabo Verde caminha para uma taxa de cobertura vacinal total, com taxas já em quase todas as ilhas superiores a 90% e em algumas até ultrapassando os 95%, caso da ilha do Sal. Doenças como o sarampo, que foram epidemia em 1996, ou a paralisia infantil (2000) fazem parte do passado. De acordo com o Director Geral da Saúde, praticamente não se têm verificado casos destas doenças desde então.

Entretanto, o representante da OMS em Cabo Verde, El Hadi Benzerroug, chamava a atenção, no primeiro dia do encontro, para "as oscilações e uma tendência para a baixa da cobertura vacinal das crianças com menos de um ano", isso com base em dados conjuntos da OMS e Unicef de 2004.

Um facto que este representante da OMS considerou "inquietação", mas que foi desvalorizado pelo ministro da Saúde. Por seu lado o director-geral da saúde afirma que, como esse inquérito veio a demonstrar, a discussão em Cabo Verde deve passar - como aconteceu neste primeiro atelier -, pela melhoria da qualidade da vacinação, porque a "quantidade e extensão da cobertura" deixou de ser um problema, como provam as altas taxas de cobertura do Inquérito.

"O que não temos é, em muitas situações, a garantia da qualidade necessária ou exigida por nós e pelos cabo-verdianos. Sem sombra de dúvidas, esse inquérito veio dar-nos razão", enfatiza Brito. O que acontecia, e que muito angustiava os próprios médicos, é que as taxas de cobertura até agora eram feitas com base em projecções de taxas demográficas que, muitas vezes se provavam erradas no terreno valorativo da prática. E aqui o Director Geral dá como exemplo o caso de São Domingos, onde as projecções apontavam para um número que ultrapassava de longe o número de crianças que existiam no concelho. Isso para concluir que, com base nas projecções, as taxas de cobertura não condiziam. Assim, em alguns casos, o Ministério da Saúde teve que fazer praticamente um novo levantamento demográfico, para saber o número exacto de crianças a vacinar.

Assim, esse método baseado em projecções não se tem mostrado adequado a um país com dimensões pequenas como é Cabo Verde, onde se podem aplicar métodos de contagem mais exactos. **KS**

## SERÁ NOTÍCIA

**A CASA PADJA**, espaço de referência da capital e património cultural cabo-verdiano construído após a independência reaparece em cena, para ocupar o lugar que deixou vazio durante mais de quatro anos de ausência. Totalmente destruída por um incêndio que deflagrou nas suas instalações em 2001, a empreitada de requalificação desta infra-estrutura foi financiada pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA).

**PRIMEIRO-MINISTRO**, José Maria Neves, preside na tarde de hoje, 09, à cerimónia de lançamento da primeira pedra do aldeamento turístico "San Pedro Village". Localizado na aldeia piscatória de São Pedro, o projecto está avaliado em 35 milhões de euros e foi recentemente distinguido com o certificado de investidor estrangeiro.

**TERMINA HOJE**, 09, na Escola de polícia "Daniel Monteiro" o 3º curso de formação de formadores e gestores de formação, dirigido aos quadros da Polícia Nacional de Angola.

**PRAIA ACOLHE HOJE**, 09, o II Encontro Internacional dos Direitos Humanos, que reúne conferencistas nacionais, brasileiros e portugueses. "Direitos Humanos e a inclusão do outro: a protecção de grupos marginalizados pelo sistema constitucional" e os "Direitos das Mulheres: o sistema de quotas na política para uma inserção plena", são alguns dos temas a serem debatidos no primeiro painel. Já no segundo painel, os conferencistas debruçar-se-ão sobre a "liberdade religiosa", "trabalhos e direitos fundamentais", e ainda sobre "a protecção constitucional dos direitos sociais e o combate à pobreza". Intitulado "Direitos Humanos e Inclusão do Outro" este evento enquadra-se no 56º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos e Cidadania, que se assinala amanhã 10, de Dezembro.

**TERMINAM AMANHÃ**, Sábado, no Parque 5 de Julho, as actividades promovidas pelo Jocum - Jovens Com Uma Missão, Casa Resgate e Restauração Tendas do "El-Shaddai". No decorrer da cerimónia, além de serem distribuídos diplomas de mérito, haverá a intervenção da presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos. Dois palestrantes irão falar sobre o HIV-Sida e a projecção de um filme completa o programa.

**CONCELHO DE SANTA CATARINA**, interior de Santiago, vai contar, ainda antes do Natal, com a Casa do Emigrante. A ideia, segundo o autarca João Baptista Andrade, é congregar os santacatarinenses que foram procurar uma vida melhor longe da terra que os viu nascer. Também antes do Natal será inaugurado a Casa do Cidadão que irá compartilhar o edifício com a Casa do Emigrante, na Avenida que liga Bolanha ao Tarrafal.

Mais irregularidades no MAIO

## Orçamento e plano de actividades apresentados às pressas

O atraso na aprovação dos instrumentos de gestão municipais, Orçamento e Plano de Actividades, cujo prazo foi estipulado pelos Estatutos do Municípios expirou no dia 30 de Novembro passado. O atraso nesses procedimentos, aliás, deixou de ser novidade nas Câmaras Municipais do país.

**M**as na ilha do Maio, onde as denúncias de irregularidades se transformaram no “pão-nosso de cada dia”, qualquer falha cometida pela equipa liderada por Manuel Ribeira deixa a população alerta. Agora, a oposição do PAICV, que tem vindo a pressionar a presidente da Assembleia Municipal para agilizar a Câmara, ameaça acionar a tutela e fazer um pronunciamento público. A presidente da AM, Joana Rosa, reconhece o atraso mas procura tranquilizar toda agente dizendo que a próxima sessão acontecerá impreterivelmente nos dias 14 e 15 de Dezembro.

O líder da bancada do PAICV na AM diz estar a aguardar uma reacção da autarquia maiense, mesmo que seja para justificar mais este atraso na apresentação dos instrumentos de gestão do município, que já se tornou rotina na ilha. Filinto Santos lembra que o Estatuto dos Municípios fixa o mês de Novembro para se aprovar o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte, e só admite prorrogação por razões ponderosas, doença ou nojo, por exemplo, o que não é o caso.

“A convocatória deve ser feita com 10 dias de antecedência e os documentos enviados 30 dias antes. Mas no Maio as coisas não acontecem desta forma e não é a primeira vez que os prazos são ignorados. Felizmente para eles, o MpD possui maioria e os deputados acabam sempre por viabilizar os instrumentos”, afirma Santos, que reconhece entretanto existir uma postura mais firme da presidente da AM. “A presidente da AM já deu a entender à Câmara que não tolerará mais atrasos. Esta atitude de Joana Rosa, creio, tem a ver com a situação de indefinição que se vive na Câmara”, assegura.

Apesar de Maio não ser o único município que ainda não aprovou os instrumentos de gestão, aqui esta falha da equipa liderada por Manuel Ribeiro ganha contornos mais inquietantes. É que o prazo para o edil apresentar a sua defesa no processo que poderá ditar o seu afastamento definitivo da CM expira no próximo dia 20, daí a oposição acreditar numa atitude deliberada para deixar o tempo passar. “A não apresentação dos instrumentos de



gestão é considerada uma irregularidade grave e tem consequências para o município, que terá de reger-se pelo orçamento do ano anterior. E, pelo andar lento desta carruagem, estamos em crer que será impossível aprovar o orçamento para 2006 ainda neste mês”, afirma Filinto Santos.

Exactamente para evitar que isso aconteça, o PAICV resolveu jogar na antecipação e, de acordo com aquele responsável, se até o final desta semana a Câmara não der um sinal, os tambarinas enviarão um comunicado à AM accionando, de imediato a tutela. O grupo pretende ainda reunir-se no decurso desta semana para fazer um pronunciamento público “contra a prática reiterada da Câmara de violação do Estatuto dos Municípios”.

Do lado da situação, MpD, o deputado Alberto Agues optou por não se pronunciar sobre o assunto, não obstante ter concordado, à partida, em dar a sua opinião. Já a presidente da AM reconhece que, de facto, os prazos para se apresentar o orçamento e plano de actividades referentes a 2006 já foram ultrapassa-

dos. Mas Joana Rosa prefere realçar o facto de outras autarquias se encontrarem na mesma situação, embora não consiga exemplificar. “Esse atraso não causa grandes problemas, principalmente porque a Câmara já apresentou uma justificação que entendemos ser aceitável”.

Instado a precisar para quando a próxima sessão, Joana Rosa explica que as convocatórias já foram enviadas aos deputados e que a AM reúne impreterivelmente nos dias 14 e 15 deste mês. A acontecer, pelas indicações que temos, esta será uma sessão turbulenta por causa da discussão obrigatória do relatório da Inspeção feita pelo Ministério das Finanças que fala em várias irregularidades na gestão camarária do Maio, inclusive em usurpação das competências da AM. “Manuel Ribeiro sabe que vai ter de prestar esclarecimentos à AM porque assim o decidiu em matérias que são da exclusiva competência da Assembleia deliberadamente ignorada pelo autarca”, Filinto conclui Santos.

Constância de Pina

## AUDITORIA AO MUNICÍPIO PORTO NOVO

### PAICV pede explicações sobre venda de lotes

**O**s eleitos municipais do PAICV no Porto Novo vão pedir ao Tribunal de Contas que mande averiguar a venda de 8 mil metros quadrados à Cimentos de Cabo Verde em Março de 2004, cujo dinheiro não entrou nos cofres do município. Os tambarinas tomam essa iniciativa depois de constatarem que os técnicos do TC recorreram ao método de amostragem para fazer a auditoria e não alistaram essa suposta ilegalidade no relatório.

Em causa está, segundo uma fonte de **A Semana**, a venda de dois lotes de terreno à CVC, pouco antes das últimas eleições autárquicas. Desde então o processo levantou muita suspeita no Porto Novo já que ambos os lotes ficam situados numa área “estratégica” daquela cidade, no Alto da EMPA. E agora “a coisa fica pior” porque ninguém sabe para onde foi parar o montante desse negócio.

Um desses lotes mede cerca de 6.500 metros quadrados, cujo valor de transacção é estimado em cerca de sete milhões de escudos. Mas também foi transferido para a CVC uma “parcela” de terreno de 2.050 metros quadrados, avaliada em mais mil contos. No total, são mais de oito mil metros quadrados de terreno, pelos quais a CVC pagou um montante de 226.530\$00 de sisa, no dia 12 de Março de 2004.

O estranho nessa transacção, anota um eleito tambarina, é que pela primeira vez um comprador paga a sisa, sem antes liquidar o valor de venda dos lotes. “Pagaram o correspondente ao montante do imposto, mas ninguém viu a cor do dinheiro da venda dos terrenos na tesouraria que, conforme os nossos cálculos, renderiam cerca de 7.500\$00 contos aos cofres municipais”, acentua um conhecedor dos meandros desse negócio.

E porque existem várias suspeitas sobre esses lotes, **A Semana** soube, de fontes credíveis, que os três vereadores do PAICV na Câmara do Porto Novo, numa reacção à auditoria do Tribunal de Con-

tas às contas de 2004 daquele município, vão pedir ao TC que mande averiguar essa transacção em concreto. É que a primeira versão do relatório dos técnicos do TC deixa claro que o “exame” dos dossiers sobre a venda de terrenos foi feito por amostragem, pelo que os vereadores dizem-se certos que o negócio dos dois lotes do Alto da EMPA não entrou nesse “apuramento”.

Para já os eleitos estranham o facto de “a Câmara não contabilizar como receitas o pagamento em prestações de terrenos, e impostos sim, porque enquanto as receitas entram em prestações a contabilidade da CMPN só as regista no livro dos depósitos”, conforme anota o relatório. E é justamente “nessa forma embrulhada” de apresentar as contas, que os técnicos do TC podem encontrar a devida explicação para o “estranho submisso” dos sete mil e 500 contos, de acordo com análises de alguns tambarinas.

Perante esse quadro, os eleitos do PAICV na Assembleia Municipal vão também interpellar a Câmara na próxima sessão plenária. Querem não só que o executivo camarário esclareça o motivo dos gastos sem suporte legal, mas também pretendem ver aclarado o dossier sobre a venda de grandes lotes de terreno a empresas privadas.

Mas sobre os lotes do “Alto da EMPA”, o então presidente da Câmara do Porto Novo, afirma que não há nada a esconder nessa transacção com a Cimentos de Cabo Verde. “Tratou-se de um processo normal de amortização de dívidas que o Município tinha para com a citada empresa, por isso o valor não entrou nos cofres municipais”, explicou Joel Barros.

Uma explicação que não convence muita gente já que, segundo os críticos, não só se trata de um processo em si “obscuro”, como foi feito dias antes das eleições autárquicas. Daí as suspeitas de que “alguma tiraram proveito político dessa negociata”.

João Almeida Medina

**Universidade Jean Piaget**  
de Cabo Verde

**programa de pós-graduação**

especializações, mestrados e doutoramentos em regimes compatíveis com actividades profissionais

**Habilitações pedagógicas e científicas**

Especialização dirigida a todos os diplomados detentores de, no mínimo, uma licenciatura de qualquer especialidade, com necessidade de formação pedagógica, para seguir a via profissional de docente.

Dirigida, também, a professores da Universidade, sem preparação pedagógica e que queiram preparar-se para prestar provas de aptidão pedagógica com vista a progredir na carreira universitária.

**Estudos mediáticos**

Especialização para licenciados, de preferência com experiência profissional na área de gestão e tratamento de informação, esta especialização prepara profissionais capazes de trabalhar como fornecedores de conteúdos para os média ou como gestores de informação ao nível da empresa ou instituição. Especialistas vocacionados para preparação, gestão e avaliação de projectos de Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas.

**Ensino do Português**  
(sem parcerias com a Universidade de Minho)

Mestrado para titulares de Licenciatura em Ensino do Português ou equivalentes. O carácter inovador do mestrado reside no reconhecimento da didáctica da língua segunda como disciplina autónoma e independente da didáctica da língua materna e língua estrangeira. O pós-graduando fica habilitado com o grau de Mestre em Ciências da Educação/Ensino do Português.

**Educação e desenvolvimento humano**  
(sem parcerias com a Universidade de Compostela)

Este programa de doutoramento pretende formar docentes e investigadores altamente qualificados, capazes de analisar científica e criticamente a realidade educativa caboverdiana e mundial e sua articulação com a problemática do desenvolvimento humano.

A abrangência da problemática permite a candidatura a licenciados das mais variadas áreas.

**candidaturas**

1ª fase 23 de Novembro a 23 de Dezembro  
e no caso de ECH  
21 de Novembro a  
7 de Dezembro  
2ª fase 9 a 24 de Janeiro

as candidaturas devem apresentar:

letra de candidatura devidamente preenchida  
cartão de leitura de identificação  
cartão de leitura de identificação  
cartão de leitura de identificação  
cartão de leitura de identificação  
cartão de leitura de identificação

**matrículas**

1ª fase 26 de Dezembro a 6 de Janeiro  
2ª fase 25 Janeiro a 3 de Fevereiro

as candidaturas devem apresentar:

letra de matrícula devidamente preenchida  
cartão de leitura de identificação  
cartão de leitura de identificação  
cartão de leitura de identificação  
cartão de leitura de identificação  
cartão de leitura de identificação

consulte o site web da universidade para informações adicionais sobre as saídas profissionais e a pertinência social dos cursos disponíveis

**05/06**

Caixa Postal 775 • Praia • Tel 2609000 • Fax 2609020 • info@unipiaget.cv

## DESEQUILÍBRIO CONCORRENCIAL

A Enacol entrou esta quarta-feira, 07, com uma queixa no tribunal de São Vicente contra a Shell. Esta empresa responsabiliza a concorrente por prejuízos avultados provocados por uma postura de bloqueio à utilização das instalações do Porto Grande e do Aeroporto Internacional do Sal. A gota que fez transbordar o copo aconteceu quando, há quinze dias, a Shell impediu a Enacol de utilizar as infra-estruturas de abastecimento de combustível no Porto Grande para abastecer um navio que é cliente dos laranjinhos. Frente a isso Enacol teve que recorrer ao serviço dos batelões para prestar o serviço, com um atraso considerável e prejuízos à volta de 30 mil dólares.



# ENACOL

## cobra prejuízos à Shell no Tribunal

A relação entre as duas petrolíferas instaladas em Cabo Verde entrou numa fase explosiva. A Enacol resolveu acionar uma acção judicial contra a Shell por uma alegada postura de bloqueio daquele multinacional. A paciência da Enacol esgotou-se quando, há 15 dias, a Shell simplesmente impediu a sua concorrente de usar as infra-estruturas de abastecimento de combustível no Porto Grande, as quais em princípio deveriam ser geridas pelas duas entidades, em conjunto. Sim, porque dessa vez a prática, foi deixar a Enacol a ver navios, sem meios para responder ao pedido de um cliente que esperava no Porto Grande para ser abastecido.

Com base em informações colhidas por **A Semana**, parece seguro que a Shell tem o poder nas mãos, nesta matéria, e nega-se a ceder uma cópia que seja das chaves à Enacol, empresa com a qual deve partilhar esses equipamentos em igualdade de circunstância. Por causa disso, a Enacol não só não pôde atender um seu cliente em tempo oportuno, como foi obrigada a assumir uma factura na ordem dos 30 mil dólares, um prejuízo que cobra agora à Shell.

Sobre este caso em concreto, ao que conseguimos apurar, a Enacol informou a She-

ll, que precisava aceder às válvulas para poder abastecer um cliente, mas a Shell alegou estar a utilizar as mesmas instalações. Sem alternativa, a Enacol teve de recorrer ao serviço dos batelões, o que provocou atrasos consideráveis e custos acrescidos à empresa. Entretanto, a Enacol viria a constatar posteriormente que a Shell tinha concluído o alegado serviço por volta das 20 horas, muito antes do serviço pretendido pelo navio cliente da Enacol, que precisava de se abastecer à da manhã.

*"Este caso é apenas a ponta de um enorme iceberg. Na ilha do Sal, no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, por exemplo, a Enacol enfrenta enormes dificuldades em prestar serviço aos seus clientes. A Shell 'assume' o negócio do abastecimento aos aviões e a Enacol é obrigada a pagar uma taxa por cada litro de combustível que a Shell fornece aos clientes da Enacol. Esta taxa representa, em termos de gastos para a Enacol, cerca de um milhão de dólares/ano",* esclarece uma fonte contactada pelo jornal.

E com as leis da concorrência a pedalar no fundo, as fogueiras desses desentendimento chegam ao aeroporto do Sal e chamuscam também os aviões que são abaste-

cidos pela Enacol. As empresas de aviação que operam no AIAC e que, por opção, trabalham com a Enacol, sentem na pele as consequências da sua escolha. São atrasos consideráveis no abastecimento, indisposição dos abastecedores, de entre outros problemas, com prejuízos financeiros e emocionais, sobretudo para os pilotos desses aparelhos que ficam retidos na pista.

Para evitar estes percalços, a Enacol adquiriu os seus equipamentos e formou o seu pessoal. Mas de acordo com informações apuradas por este semanário, a Shell obstou a Enacol de trabalhar. Porque *"a Shell alega que a Enacol não tem um seguro - não especificam o tipo de seguro e quem o determina - que lhe credencia para efectuar tal trabalho"*.

Terão sido todas estas situações que levaram a Enacol a acionar a justiça, de modo que esta verifique se de facto a gestão das instalações comuns cabe à Shell. Mais quer que o tribunal aclare sob que fundamento esta empresa pode obstar o acesso às propriedades. É que para além dos prejuízos financeiros, a Enacol acha que estas disposições limitam o crescimento da empresa.

*"A sustentabilidade dos negócios aéreos*

*e marítimos é onerosa para a Enacol, e por causa disso a concorrência fica desequilibrada. Por outro lado, é sabido que nos dias de hoje, quem detém a logística, detém o mercado",* explica a nossa fonte, que diz não contestar a gestão da Shell. Mas frisa, a Enacol precisa conhecer antecipadamente os orçamentos, os custos, as regras de funcionamento das instalações e, principalmente, precisa ser respeitada porque ela tem todo o direito de estar no AIAC e no Porto Grande.

O ideal neste caso, sugere a fonte que vimos citando, seria criar uma Entidade Operadora, com representantes das duas empresas, em igualdade de circunstância, para gerir os equipamentos comuns. Caso contrário, avisam os precavidos, qualquer dia a Enacol pode decidir colocar um outro cadeado e interditar o acesso às instalações comuns às duas empresas, paralisando com isso o abastecimento no AIAC ou no Porto Grande.

Instado a comentar estas informações, a Enacol recusou-se a abordar o assunto na comunicação social, pelo menos por enquanto, porque *"entendemos que é prematuro falar desta questão, até porque não queremos, de forma nenhuma, influenciar a Justiça"*.

Constança de Pina

Sexta-feira, 09 de Dezembro de 2005

Correio das ilhas



## BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

### TAXAS DE JURO

Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8.50
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.50
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.00
07-12-2005	Mercado Monetário Interbancário 1)	6.00
28-11-2005	Taxa Base Anual 2)	3.07
Títulos da Dívida Pública		
28-11-2005	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	2.38
05-12-2005	Obrigações de Tesouro - 8 anos	5.00

### TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 23-11-2005

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	80.965	81.106
SUICA	CHF	100	7,149.030	7,161.806
DINAMARCA	DKK	100	1,478.643	1,481.332
EUROPA	EUR	1	110.265	110.265
INGLATERRA	GBP	1	162.230	162.533
JAPAO	JPY	100	77.239	77.367
NORUEGA	NOK	100	1,398.846	1,401.535
SUECIA	SEK	100	1,173.328	1,176.185
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	93.479	93.681
SENEGAL	XOF	100	16.810	16.810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	14.750	14.952

1. A taxa do Mercado Monetário Interbancário (MMI) é uma taxa média ponderada de oferta de fundos entre as instituições participantes no MMI

2. A Taxa Base Anual (TBA) é uma taxa indexante para aplicações sem risco, criada para servir de referência à procura e oferta de fundos. É uma taxa anual nominal, convertível semestralmente, equivalente à taxa anual média efectiva das 20 últimas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT's), de qualquer prazo, ponderadas pelos respectivos montantes. O período de referência é o imediatamente a seguir a cada nova emissão.